

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 120/2011
ATA DA SESSÃO PÚBLICA EM RECIFE – PE
21 DE SETEMBRO DE 2011

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 2011, às nove horas e trinta minutos, no Auditório do SEST/SENAT, situado na Avenida Beberibe, 3620 – Bairro Beberibe, foi iniciada a sessão pública da Audiência Pública nº 120/2011, realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme convocação do aviso publicado no Diário Oficial da União do dia nove de agosto de 2011, seção três, página cento e cinquenta, e também, em jornais de grande circulação nacional e local. A Audiência Pública nº 120/2011 tem o objetivo de colher contribuições referentes ao Plano de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário, aprovado pelo Ministério dos Transportes em 2 de agosto de 2011.

Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes: Senhora Sonia Rodrigues Haddad, Superintendente dos Serviços de Transportes de Passageiros da ANTT e presidente da audiência; senhor Lucas Matheus de Castro Souza, secretário substituto da audiência; senhor Diogo Souza Moraes, representante da Procuradoria-Geral da ANTT; senhor Leonardo Cavalcanti, representante da Ouvidoria da ANTT; e os senhores Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira e Mauro Rodrigues Sanjad, ambos representantes da Superintendência de Serviços de Transportes de Passageiros da ANTT.

Inicialmente, a presidente agradeceu a presença de todos, declarou aberto o ato e fez a leitura dos procedimentos da audiência pública, nos termos da Resolução/ANTT nº 3.026/09 e da Deliberação ANTT nº 148/11. Em seguida passou a palavra aos senhores Mauro Rodrigues Sanjad e Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira que fizeram, em linhas gerais, a apresentação dos estudos funcionais e de remuneração do Plano de Outorga. Na seqüência, o secretário da audiência fez uma breve explanação das manifestações recebidas previamente, por meio eletrônico, para a Audiência Pública nº 120/2011. Em seguida, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a presidente procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo.

As contribuições escritas tiveram o seguinte teor: o senhor **José Raimundo Ferreira Pereira**, da Empresa de Transportes Macaubense Ltda - ENTRAM, questiona a real função das audiências públicas, sugere a inclusão de um técnico eleito pela ANTT e pela sociedade para validar o processo, indaga sobre as linhas autorizadas por medidas judiciais, o direito à indenização na lei das concessões e a viabilidade econômica do decreto 2521. O senhor **Alberto Sérgio Leal**, da ANTT, questiona

SBN. Quadra 2 – Bloco C – Brasília-DF – 70040-020 – fone: (61) 3410.1000 / 1001

www.antt.gov.br

sobre o que a ANTT fará num não atendimento de demanda atípica. O senhor **Roberto Ferreira**, da FABUS, questiona como a ANTT irá proceder se a empresa constatar que a tarifa definida não estiver compatível com a realidade encontrada, como minimizar os efeitos das demissões que porventura ocorram com a redução da frota, indaga também sobre o índice de aproveitamento dos veículos, a formação dos lotes, o aproveitamento das empresas que não vençam o certame e a mudança com processo licitatório.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo foram comentadas pelos componentes da mesa. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral, conforme abaixo relatado.

O senhor **Washington Peixoto Coura**, da Gontijo de Transportes Ltda, assevera haver um subdimensionamento da frota operacional e reserva, citando alguns exemplos. O senhor **Wilson Pereira dos Santos**, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Ônibus Rodoviários, questiona como será incorporado o item saúde dos trabalhadores no modelo de remuneração. O senhor **Sebastião Rodrigues de Andrade**, da Viação Continental de Transporte, questiona a sinergia do processo licitatório em andamento, sugere a revisão de toda a logística operacional dos grupos e lotes do ProPass e questiona o dimensionamento da frota, citando alguns exemplos. A senhora **Regilma Maria Souza da Silva**, da ARPE – Agência de Regulação de Pernambuco, questiona se foi considerada a interferência dos serviços de curta distância e internacionais nos serviços de longa distância e a forma como será feita a integração do interestadual com o intermunicipal. Além disso, indaga se no valor considerado para os veículos foi contemplado todos os avanços tecnológicos e seus custos. O Senhor **Denílson Cruz Souza**, da EPTI – Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal, questiona a forma de operação dos serviços diferenciados e convencionais, o seccionamento de tarifa e a concorrência danosa entre empresas. O senhor **Eduardo Costa Bezerra**, da SEAD, questiona o posicionamento do ProPass sobre o tema acessibilidade. O senhor **Galdino Ferreira**, da Viação Itapemirim, afirma que a ANTT não inseriu dados relativos ao transporte clandestino e questiona se os parâmetros operacionais não foram prejudicados por conta disso. O senhor **José Alves do Couto Filho**, da CNTTT - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, relata a sua preocupação com os trabalhadores do setor.

As manifestações orais foram comentadas pelos componentes da mesa.

Não havendo mais contribuições, a presidente informou que a ata da sessão e o relatório da audiência serão, oportunamente, disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Conforme art. 9º, §1º e §2º, da Resolução ANTT nº 3.026/2009, esta ata foi lavrada pelo secretário e subscrita por ele e pela presidente da audiência.

Recife, 21 de setembro de 2011.

Sonia Rodrigues Haddad
Presidente da AP nº 120/2011

Lucas Matheus de Castro Souza
Secretário Substituto da AP nº 120/2011